

O TENENTISMO E A REVOLUÇÃO DE 30

Marília Pessoa Monteiro

da Universidade Federal de Pernambuco

O cinquentenário da Revolução de 30 agora comemorado, enseja a renovação das discussões sobre o assunto, com publicações de velhos e novos estudos sobre um movimento marcante da nossa história. Seus mais diferentes aspectos têm merecido ao longo dos anos, pormenorizados estudos. Uns eivados de mitos, outros, com sensibilidade e acurado espírito críticos — todos unânimes — na avaliação da importância do cinquentenário movimento.

Sem ter sido a revolução sonhada por muitos, 30 mereceu, apesar das imperfeições, um ponto de rutura nas velhas estruturas oligárquicas herdadas do Império (1). Foi também um ponto de inflexão no movimento tenentista cronologicamente curto — de 22 a 35 — quando Getúlio Vargas (2) conseguiu dividi-los, corrompê-los e aos poucos destitui-los das posições-chaves que ocupavam.

Não pretendemos relato minucioso sobre o desenrolar da revolução. Nosso objetivo é mais uma análise sobre o comportamento tenentista, do que a repetição *pari passu* do caminho bastante conhecido, do movimento armado.

Não se pode entender 30 sem procurar, antes, integrar a sociedade brasileira da época num contexto mais amplo do qual é parte integrante: a sociedade capitalista mundial em expansão. É necessário reajustar a estrutura do país à nova situação. As práticas da República Velha não oferecem mais lastro para conter insatisfações ge-

radas pelas tensões sociais. A explosiva questão social não podia mais ser compreendida, à moda dos velhos oligarcas, como "questão de polícia".

O café, em crise, nela envolvia, a República do "café com leite". O quadro econômico pintado pelo general moderado — Isidoro Dias Lopes — em carta datada de 27 de fevereiro de 1925 — endereçada ao deputado Azevedo Lima, da idéia das dificuldades que não eram recentes.

"Fantasticamente rico, o Brasil, sob o ponto de vista financeiro está falido. (...) contempla uma oligarquia plutocrática a enriquecer até a quinta geração, enquanto trinta milhões de habitantes, quase em miséria, são cada vez mais explorados (...) Ao passo que dez mil enriquecem, como acentuei, até a quinta geração, o operariado e uns trinta milhões de espoliados, sem dinheiro de ordem alguma, estão quase na miséria, por uma artificial e criminosa carestia de vida." (3)

A década de vinte começara apresentando no Sistema sinais do desequilíbrio institucional que fariam emergir os tenentes. Um tenentismo que Boris Fausto define como "política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias, aparecem em embrião". (4) É a fase chamada "romântica", por alguns historiadores. Os tenentes sentem-se responsáveis pelas instituições republicanas que devem defender, já que consideram o povo "incapaz" de promover a derrubada das oligarquias. Eles é que o fariam, como ESCUDO PROTECTOR, mas, de forma atenuada, "prevenindo excessos". Desconfiam do "populacho" que isolam ou no mínimo controlam.

Emergem, portanto, como "movimento substitutivo e não organizador do povo", (5) o que não significa que não representassem as camadas médias urbanas. Podemos acrescentar que essa idéia regeneradora se consubstanciará além de elitista, centralizadora e vagamente nacionalista.

A historiadora MARIA CECÍLIA FORJAZ acredita que o elitismo e a incapacidade de organização dos tenentes, correspondem exatamente ao "elitismo das camadas médias e à sua incapacidade de organizar-se" (6) A autora fundamenta esta analogia entre tenentes e camadas médias urbanas na 1ª. República: com base numa origem dupla das camadas médias, oriundas de um movimento em parte descendente, no sentido das elites agrárias às camadas médias e em parte ascendente, que daria a egressos das camadas desprovidas como ex-escravos e imigrantes, possibilidade de subir na escala social. As camadas médias que vão preencher os vagos do sistema burocrático, continuam uma situação de dependência econômica, social e política das classes das quais se originaram. Essa relação de dependência explica, em parte, a ausência de consciência comum nas camadas médias e daí seu elitismo e incapacidade de organização. Nada pode exemplificar tão bem o elitismo tenentista quanto as palavras de Juarez Távora: "A História não cita como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo, ou, pelo menos, com ele fraternizado, no momento das pugnas decisivas. E essa interferência benéfica da força armada não se tem limitado apenas a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos; tem valido no meio de desordem generalizadas que caracterizam essas crises sociais: como um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular. A França de 89 e a Rússia de nossos dias pagaram tributos caríssimos de sangue à sede de vingança das massas oprimidas, enquanto o delírio da demagogia se não submeteu à influência moderadora do elemento militar. E quem entre nós seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio incontestável do populacho. Será essa a revolução que admitem os nossos políticos" (7). Palavras estas consideradas por Boris Fausto como a versão militar da frase de Antonio Carlos: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

As discussões a respeito da posição tenentista nos movimentos revolucionários que culminam em 30, são marcadas pelas contradições que o próprio tenentismo encerra.

De acordo com Maria Cecília Forjaz, para se compreender a complexidade da composição tenentista e nela o comportamento político-ideológico dos tenentes, deve-se partir da simultaneidade de duas dimensões:

- Sua posição social como membros das camadas médias urbanas.
- Sua situação institucional como membro do aparelho militar do ESTADO.

Estas duas dimensões, em conjunto, dão força às contestações tenentistas e explicam suas características básicas:

- são liberais-democratas, mas também autoritários;
- buscam apoio na população, mas não organizam o povo;
- querem ampliar a representatividade dos Estados, mas mantêm uma perspectiva elitista;
- representam interesses das camadas médias urbanas mas se vêem como representantes dos interesses gerais da Nação.

São portanto, radicais na forma e limitados na ideologia.(8)

Como militares, sentem-se responsáveis pelas Instituições e para tal são estimulados pelo que têm de específico, coisa que os civis nunca tiveram: o uso do fuzil. Ao longo dos anos tal uso vinha, cada vez mais, encorajando o "cidadão de farda" a transformar a "nobre armadura de defensor da Pátria, em cangaço de salteador do poder" (9). Como membros das camadas médias urbanas, expressam as reivindicações antioligárquicas de uma facção, que se movimenta como grupo de pressão e que, apesar das ligações pessoais (de lealdade etc.) incorporaram uma crescente liberdade de opinião, interesses, mesmo de comportamento, pretendendo participar das decisões nacionais. Dela se desvinculam, quando acreditam que sua autonomia e força derivam não de sua origem como classe, mas das funções que ocupam como parte do aparelho militar do Estado.

Esta dupla função que ocupam — como membros do aparelho militar e como membros das camadas médias urbanas, não lhes permite um comportamento radicalmente revolucionário, como querem alguns. No poder, na maioria dos casos, compõem-se como as elites. Quando muito, servem apenas para neutralizá-las. O movimento que lideram, portanto, limitar-se-á a reformas que muito deixaram a desejar.

A questão agrária é intocável. Aos grupos conservadores, garantem os privilégios. Assumem, por isto, muito bem, o esquema de Vargas, sem impor modificações de monta nas estruturas sociais.

Tantas contradições, levariam Luís Carlos Prestes, líder inconteste dos tenentes, a recusar a chefia militar de um movimento que uniria num mesmo e explosivo cadinho, tenentes recém-saídos da Coluna Prestes — Miguel Costa, e seus perseguidores, agora tidos como revolucionários.

Não admite o líder tenentista lutar lado a lado com aqueles a quem combatera, percorrendo infinitos caminhos Pátria a dentro, propagando o ideal liberal — democrático, na tentativa de solapar o sistema oligárquico defendido pelos que, inimigos na véspera, se consideravam agora aliados.

Em depoimento dramático, João Alberto narra o célebre encontro de maio de 30 em Buenos Aires, quando Luís Carlos Prestes, nega-se a participar do programa paliativo da Aliança Liberal, apenas antálgico, diante dos graves problemas da Nação. Reconhecia João Alberto que "estávamos de mãos dadas com nossos adversários da véspera (...)

e não podíamos esperar deles muita coisa (...) Evidentemente aquela não era a "nossa revolução", mas, o que fazer" (10).

Prestes ficou isolado. Sua recusa atenderia exatamente a oligarquia conservadora que temia alianças espúrias, com revolucionários, e não queria o "Cavaleiro da Esperança" na chefia militar do Movimento. Desse assustado grupo fazia parte o futuro Ministro do Trabalho de Getúlio que assim lhe escreve:

"O primeiro e o fundamental problema é o seguinte: ficaremos ou não solidários com a eclosão da desordem? Se ficarmos, renegaremos de vez o nosso passado orgânico, a tradição conservadora do castilhismo e far-nos-emos co-partícipes, senão os maiores responsáveis pelo que vier a acontecer. E que acontecerá? Vencida a revolução estaremos desmoralizados e exaustos. Vencedor, quem terá vencido? Nós, ou os revolucionários de escola. Quem recolherá o fruto da vitória material: tu ou Luís Carlos Prestes?" (11).

No MANIFESTO de MAIO de 1930, Prestes alerta para a realidade sem encontrar o esperado apoio por parte de seus ex-comandados:

"Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras e das fazendas e latifúndios e senhores dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das mais vastas massas das nossas populações dos sertões e das cidades. Contra as duas vigas — mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam pois ser dirigidos os nossos golpes — a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano. (...) Para sustentar as reivindicações da revolução que propomos única que julgamos útil aos interesses nacionais o governo a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões". (12)

Mas "os herdeiros da marcha de três anos, sem desvincular-se do núcleo ideológico que os inspirara, não poderiam aderir à proclamação extremista" (13). Apesar do líder nacional incontestado dos tenentes ser um deles, não pensam utilizá-lo como bandeira de um movimento revolucionário concreto: seu programa era menos ambicioso. Após a proclamação do MANIFESTO de MAIO, esvai-se a possibilidade de união entre os tenentes em torno do comandante da coluna. Juarez responde ao Manifesto, rompendo com o antigo chefe:

"Discordo do último manifesto do general Carlos Prestes (...) A revolução afigura-se-nos para todos os que já não cremos na eficiência do voto, essa força renovadora (...) Mas, a revolução por que me tenho batido e pela qual honrando a memória dos nossos mortos (...) e espero poder ainda consumir novos sacrifícios não é a revolução que acaba de preconizar, em manifesto público, meu querido amigo, camarada e ex-chefe, general Luís Carlos Prestes (...) Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões (...) Não creio que lá chegaremos adotando o governo dos conselhos de operários, marinheiros e soldados, que nos aconselha o general Luís Carlos Prestes"... Reconhece "a iniquidade dessa ordem de coisas sob as quais a maioria proletária trabalha" **só não aceita** resolver a questão invertendo a ordem existente. (14)

Aceitam a Aliança Liberal, a mais contraditória de todas as "alianças", aglomerado de conservadores, liberais e radicais com objetivos os mais disparatados, e o que era pior, sem saber como atingi-los. Nas "MEMÓRIAS" que proliferam posteriormente, sobram lamentações, pelas inúteis "boas intenções" que evidenciam o caos ideológico. Destacamos a de Agildo Barata que é exemplar:

"(...) Aliás, bem pouco poderia eu influir, pois também eu como outros tenentes — não tinha a menor idéia do que se deveria fazer e muitíssimo menos do como

fazer., Na realidade nós os tenentes só tínhamos boas intenções" (...) (15).

O absurdo não se limitava à falta de objetivo dos tenentes, era mais amplo.

Enquanto na sua visão militarista continuavam organizando uma sublevação baseada nos quartéis. Minas Gerais, ofendida nos seus brios, e o Rio Grande repudiando a pecha de "estado-pequeno" imputada pelos "grandes", esperavam esmagar a elite paulista sem, contudo, abandonar os privilégios conquistados desde a política dos governadores. (16). Em São Paulo as oligarquias dissidentes advogam uma "modernização sem mudança" que esperam atingir gradativamente pelo voto secreto, bandeira primeira da revolução.

No restante do país fervilham contradições ameadas nos primeiros 30 anos do século e o tenentismo reúne todas elas.

No "muro das lamentações" que as "memórias" ensejam, mais uma confirmação das contradições dos grupos envolvidos, encontra-se neste trecho do pernambucano João Alberto que narra um episódio de rebeldia decorrente da dispersão de liderança:

"Sentimos haver já ultrapassado um número razoável de homens que fugiam, saquei a pistola e fiz parar a debandada. No meio da estrada a minha arma apontava para um grupo de revolucionários e eu ameaçava matar o primeiro que ousasse prosseguir na fuga. Não sei quantas barbaridades proferi na excitação em que me encontrava. Algumas dezenas de gaúchos sombrios escutavam-me sem responder (...) Um homem meio índio avançou para mim e disse-me energicamente. Sr! tenente, cada qual aqui tem seu chefe. Senti que malograra. Tentar deter aquela gente, seria agora um suicídio. Eles não se julgavam obrigados a obedecer. Não eram covardes. Eram apenas civis desorganizados, com uma concepção de luta completamente diversa daquela que a história militar nos ensinava" (17).

Em meio a tantas incoerências não passaria despercebido aos mais atentos, que um movimento que reunia, no mesmo quadro revolucionário, Antonio Carlos e Getúlio Vargas, para ficar só neste exemplo, não deveria tocar nas estruturas básicas daquela sociedade que a tantos injusticava, mas que não se pensava revolucionar.

(...) "revolta sim, reformas sim, mas longe do grave risco de perder o domínio sobre as massas, suscetíveis de seduzirem-se por amantes inesperados e impetuosos.

Nada de tocar no alicerce sobre que repousa a estrutura social" (18).

Assim pensavam as elites "revolucionárias".

A Aliança Liberal apenas abalara as tradições oligárquicas que, por não serem suficientemente destruídas, ressurgiram vigorosas no Estado Novo, de triste memória e legado.

A mentalidade militar paternalista eivada de autoritarismo, reforçada pelo acúmulo do poder discricionário que a espada confere, afastou, depois de 20, tenentes e classes médias.

Em novembro de 1931, Poços de Caldas é o cenário do continuísmo. Assume-se a continuidade revolucionária. Apóiam-se às idéias totalitárias de Getúlio. Prepara-se um governo dirigido por decretos-lei, dito provisório — o mais permanente de que se tem notícia entre nós. É o auge do tenentismo. Por um curto período formaram uma força poderosa dentro do país e ocuparam postos avançados nos Estados.

João Alberto, em São Paulo, aprofunda descontentamentos que levariam o PD a unir-se ao PRP, coalizão apoiada pela classe média, contra tenentes e governo.

Enquanto isso Juracy Magalhães assume a interventoria na Bahia, Juarez Távora torna-se uma espécie de fiscal para o norte, "VICE-REI DO NORTE", como foi chamado.

As oligarquias, apesar de possíveis divergências, unem-se diante do perigo maior, enquanto cuidam para que muito pouco, ou quase nada, se altere.

A luta que se travaria agora, seria mais pelo poder que por modificações radicais, por poucos sonhadas.

A disputa por vantagens será trunfo nas mãos hábeis de Getúlio, que manobra promoções e com isso reduz a mística tenentista. Vargas que neles exercita sua habilidade política, seu maquiavelismo cantado em prosa e verso, diria mais tarde ter-lhes resolvido o problema "promovendo-os a capitães". (19)

A Constituição de 1931 poria um freio a 30. Os tenentes, desarvorados, tentariam ainda a união em torno de um programa, exposto no **ESBOÇO de um PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO** para a **RECONSTRUÇÃO POLÍTICA e SOCIAL**, do Brasil que apenas comprovaria a fragilíssima identidade que a custo querem provar.

No encaminhamento do programa saudosista é visível o toque do passado, que se pretende negar; os revolucionários de ontem são quase sempre os conservadores de amanhã.

O Ministério do Trabalho entregue a Lindolfo Collor, controla operários com leis e decretos de inspiração fascista. A política trabalhista engajava nos quadros operários elementos do governo, os pelegos, para minar-lhes a força. (21) A vaia que o Ministro do Trabalho recebe em São Paulo é o protesto do operariado brasileiro contra a amputação de suas parcas conquistas.

"Até aquela data, tudo que saía da pasta do Sr. Collor, trazia o signo criminoso da característica e imperfeição" escreveu Virginio Santa Rosa.

De qualquer forma, os tenentes inocularam em 30 a mística da Revolução Popular, do idealismo que sobrava da coluna Prestes. Inegável, apesar de tudo, um saldo positivo: apesar deles e das elites que limitaram suas conquistas.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Silva, Hélio — 1930, A Revolução Traída — RJ, 1972, p. 2
2. Para conseguir um poder total, Vargas, precisava de um exército homogêneo. Neste momento, o tenentismo como força autônoma estava condenado. Boris Fausto analisa o assunto no livro A Revolução de 30 — SP, 1976, p. 107.
3. Carta transcrita por Boris Fausto — A Revolução de 30 — SP, 1976, p. 95.
4. Fausto, Boris Op cit p. 57.
5. Fausto, Boris Op cit p. 58.
6. Forjaz, M. Cecília Spina — Tenentismo e Política — RJ, 1977, p. 81.
7. Távor, Juarez — À guisa de depoimento — RJ, 1927 vl. p. 91.
8. Forjaz, M. Cecília Spina Op cit p. 28/32.
9. Vianna, Oliveira — O ocaso do Império — RJ, 1959, p. 34.
10. Barros, João Alberto Lins de — Memória de um Revolucionário 1a. parte, RJ, 1953, p. 218 a 220.
11. Collor Lindolfo in Hélio Silva — A grande marcha — RJ, 1965, p. 446.

12. Manifesto de Luiz Carlos Prestes em maio de 1930 — In Hélio Silva A Revolução Traída — RJ, 1972. p. 417/420.
13. Faoro, Raymundo — Os donos do Poder — SP, 1975, p. 681.
14. Resposta de Juarez Távora ao manifesto de Luiz Carlos Prestes — in H. Silva — A Revolução Traída — RJ, 1972, p. 421 a 426.
15. Barata Agildo — Vida de um Revolucionário, Memórias — p. 151, in Carone Edgard, O Tenentismo — RJ, 1975, p. 175.
16. Wirth, John P — O Tenentismo na Revolução de 30 — In Os militares e à Revolução de 30 — RJ, 1979, (organizado por Eurico de Lima Figueiredo). p. 37.
17. Barros, João Alberto — Op cit p. 42 — O autor refere-se a Revolução de 1924 no R.G.S.
18. Faoro, Raymundo — Op cit p. 686.
19. Carneiro, Glauco — História das Revoluções Brasileiras — RJ, 1965, — 2v — p. 393.
20. O Esboço de um Programa Revolucionário foi transcrito por Connif, Michael L. — Os tenentes no Poder — Uma nova perspectiva da Revolução de 30 — in Os Militares e a Revolução de 30 — RJ, 1979, (organizado por Eurico de Lima Figueiredo). p. 141.
21. Basbaum Leôncio — História Sincera da República — de 1930 a 1960 — v, 3 SP, 1976 p. 30.
22. Rosa, Virgínio Santa — O Sentido do Tenentismo — SP, 1976, p. 66.